



A DINÂMICA DO ENVELHECIMENTO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA O PLANEJAMENTO URBANO DA ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE EM PARNAMIRIM -RN

Ana Rita do Nascimento Silva¹

(Graduanda em Geografia, UFRN, (84)99493-2814, anasilva2916@gmail.com)

Francisco Fransualdo de Azevedo²

(Doutor em Geografia, UFU, (84) 99171-7274, ffazevedo@gmail.com)

RESUMO

Este estudo analisa a dinâmica do envelhecimento populacional em Parnamirim-RN e seus reflexos no planejamento urbano da atenção básica à saúde. Adotando uma abordagem exploratória e qualitativa, foram utilizados dados dos Censos Demográficos do IBGE (2010 e 2022), documentos municipais (Portal Transparência, Plano Municipal de Saúde 2022–2025) e SIG para mapear a distribuição da população idosa e a localização das UBS e UPA.

Identificou-se que, embora existam 29 UBS e 2 UPAs no município, alguns bairros ainda carecem de unidades ativas, obrigando deslocamentos longos e onerosos à população idosa. Conclui-se que o enfrentamento do envelhecimento no município demanda articulação entre saúde e mobilidade, de modo a assegurar acesso universal à atenção básica de saúde, continuidade do cuidado e envelhecimento ativo.

PALAVRAS-CHAVE: Envelhecimento populacional; Planejamento urbano; Políticas públicas; Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Identificação do GT

GT1: Estudos Urbanos

1 INTRODUÇÃO

Segundo o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003), uma pessoa é considerada idosa a partir dos 60 anos de idade. Os dados do Censo de 2022, do IBGE, revelam que 15,6% da população brasileira já pertence a esse grupo etário, o que representa um crescimento de 56% em relação a 2010 (IBGE, 2023). Esse aumento expressivo evidencia que o Brasil atravessa um processo de transformação em sua estrutura etária, marcado pela redução das taxas de fecundidade e mortalidade e pelo consequente envelhecimento da população.

Esse fenômeno é compreendido como a transição demográfica, um processo no qual uma sociedade passa de um contexto demográfico com altas taxas de natalidade e mortalidade, para um quadro com baixas taxas de crescimento populacional e maior longevidade. De acordo com Alves (2008, p.24), “o Brasil pode ser descrito como um cenário clássico do fenômeno da

transição demográfica”, pois apresenta a combinação entre aumento da expectativa de vida, redução da fecundidade e crescimento acelerado da população idosa.

Inserida na Região Metropolitana de Natal, a cidade de Parnamirim se destaca por seu papel estratégico no contexto urbano estadual. Com uma população de aproximadamente 250 mil habitantes, segundo estimativas recentes do IBGE, o município tem apresentado crescimento demográfico expressivo nas últimas décadas. Esse dinamismo populacional, aliado ao avanço do processo de envelhecimento, torna Parnamirim um espaço privilegiado para refletir sobre os desafios do planejamento urbano diante da transição demográfica. Além disso, sua posição metropolitana acentua a pressão sobre a infraestrutura pública, especialmente nos setores de saúde e mobilidade, fundamentais para garantir qualidade de vida à população idosa.

A partir disso, este artigo tem como objetivo analisar de que forma o planejamento urbano de Parnamirim responde ao desafio do envelhecimento da população no cenário atual. Essa análise se dará na avaliação da distribuição das UBSs e UPAs de Parnamirim frente à localização da população idosa, visto que as Unidades Básicas de Saúde e as Unidades de Pronto Atendimento tem papel fundamental na prevenção, tratamento e recuperação da saúde, especialmente no atendimento à população idosa, que carece de cuidados específicos para um envelhecimento digno.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA

A Teoria da Transição Demográfica descreve as mudanças nas taxas de natalidade e mortalidade da população. A teoria demográfica se divide em quatro fases. A primeira fase, de pré-transição, ocorre quando a população está em um contexto de alta mortalidade e alta natalidade. Enquanto isso, a segunda fase compõe o início do processo de transição, quando inicia-se a diminuição da taxa de mortalidade, todavia, a taxa de natalidade continua em crescimento.

No processo de transição avançada, o crescimento vegetativo da população começa a diminuir gradativamente, onde, posteriormente, a pós-transição tem características de uma estabilização populacional, e, conforme exposto por Alves (2008, p.3), “baixas taxas de natalidade não vieram em função da escassez econômica; ao contrário, a regulação da fecundidade ocorreu num quadro de aumento da sobrevivência e de avanço do bem-estar.”. Isso

demonstra que a diminuição das taxas de natalidade vem a partir de um quadro social onde a população tem acesso à saúde e educação e, com aumento de suas expectativas de vida e, o aumento ao acesso a essas políticas públicas, aceleram o processo de transição.

A situação do cenário demográfico brasileiro, segundo Carmo e Camargo (2020, p.41) caracteriza que “as pirâmides populacionais, antes formadas por crianças, adolescentes e jovens, atualmente apresentam um perfil aproximado do padrão observado em países da Europa Ocidental, de forma que há uma participação crescente de pessoas com mais de 50 anos.” Segundo os dados do Censo do IBGE de 2022, 15,6% da população brasileira pertence ao grupo etário de 60 anos ou mais. Esses dados revelam a importância e a necessidade de projetos e políticas públicas que favoreçam o bem-estar e a qualidade de vida da população que começa a entrar em seu processo de aposentadoria e uma nova perspectiva de vida.

2.2 DIREITO À CIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA IDOSOS

O processo de envelhecimento populacional no Brasil exige não apenas atenção a indicadores demográficos, mas sobretudo a reorganização das políticas públicas e do espaço urbano para garantir condições de vida dignas à população idosa. Dentro dessa perspectiva, o direito à cidade não pode ser entendido apenas como acesso ao espaço físico, mas como o uso pleno da infraestrutura urbana, dos serviços públicos e da mobilidade com segurança, autonomia e equidade.

Segundo o Estatuto do Idoso, instituído pela Lei nº 10.741/2003, é dever do Estado, da família e da sociedade assegurar ao idoso “tudo o que diz respeito à proteção à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 2003, art. 3º). Esse princípio, de caráter transversal, evidencia que o envelhecimento deve ser enfrentado com ações integradas entre setores, especialmente saúde, assistência, mobilidade urbana e planejamento territorial.

Ainda conforme o Estatuto, o idoso “tem direito a atendimento preferencial no Sistema Único de Saúde, com garantia de atenção integral à sua saúde” (BRASIL, 2003, art. 15), o que inclui, portanto, a disponibilidade de serviços próximos ao local de moradia e adaptados às limitações funcionais comuns ao avanço da idade. No entanto, como destacam Carmo e Camargo (2020), “o envelhecimento da população aumenta sobremaneira a urgência na adequação das políticas públicas, sobretudo de saúde e seguridade social” (p. 29), o que exige

ações territoriais direcionadas aos locais onde se concentram os contingentes de idosos mais vulneráveis.

Além disso, o acesso desigual aos serviços públicos urbanos compromete a efetividade do direito à cidade. Para Vanessa Manfio (2024, p. 147), “entender as mudanças que acontecem na dinâmica demográfica de uma população [...] é fundamental para o planejamento de políticas públicas que melhor preparem o território para o que já está em curso”. Assim, o envelhecimento populacional exige que o planejamento urbano municipal incorpore a lógica da justiça territorial, garantindo que equipamentos públicos essenciais, como Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Unidades de Pronto Atendimento (UPA), estejam estrategicamente localizados em áreas com maior concentração de idosos ou com maiores dificuldades de mobilidade.

3 METODOLOGIA

Neste artigo, adota-se uma abordagem metodológica de natureza descritiva e qualitativa, conforme os pressupostos de Gil (2002, p.42). Nesse sentido, a pesquisa caracteriza-se pelo levantamento e análise de dados secundários, oriundos dos censos demográficos do IBGE (2010 e 2022), do Portal Transparência de Parnamirim e banco de dados estatísticos do IBGE - SIDRA. Como também, a revisão bibliográfica sobre envelhecimento populacional e políticas públicas.

A metodologia também incluiu a análise de documentos públicos, como a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que caracteriza o Estatuto do Idoso, além da análise de dados e produção de mapas temáticos em Sistemas de Coordenadas Geográficas (SIG) que possibilitaram a visualização espacial da distribuição da população idosa e a localização de UBS e UPA na cidade. A delimitação espacial se deu entre os limites de bairros da cidade de Parnamirim, que integra a Região Metropolitana de Natal e cuja dinâmica urbana e demográfica torna-se relevante para a análise da infraestrutura de saúde pública diante do processo de envelhecimento populacional.

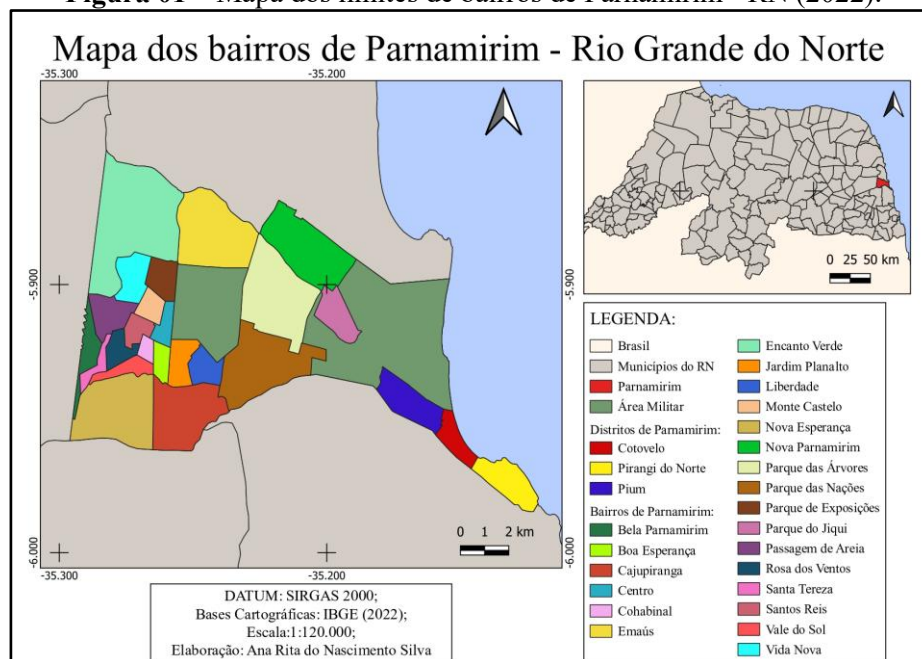
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL: BAIRROS E ESTRUTURA URBANA

A cidade de Parnamirim está localizada na região metropolitana de Natal, capital do Rio Grande do Norte. A cidade possui em torno de 124 mil/km² e, segundo o Censo de 2022 do

IBGE, cerca de 252 mil habitantes. Também segundo o Censo de 2022, o território municipal possui 22 bairros e 3 distritos litorais (IBGE), além de duas áreas militares, compostas pelo Aeroporto Augusto Severo e o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (Figura 1).

Figura 01 – Mapa dos limites de bairros de Parnamirim - RN (2022).

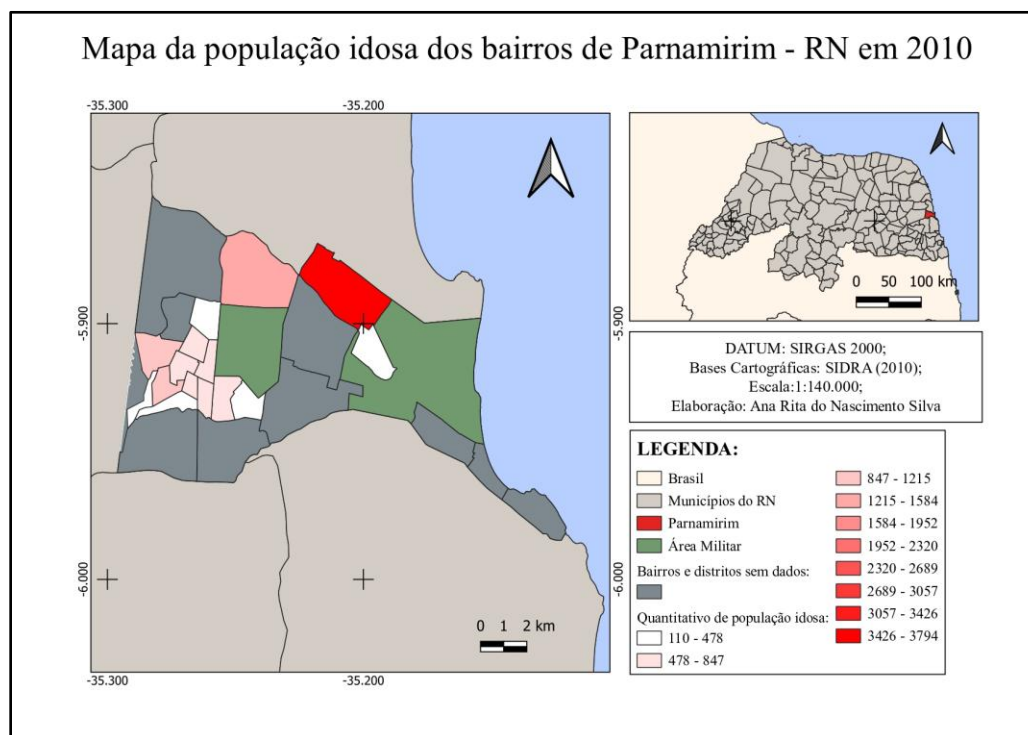


Fonte: IBGE, 2022. Elaboração própria.

4.2 PERFIL POPULACIONAL DE PARNAMIRIM

No ano de 2010, a população idosa na cidade de Parnamirim, segundo dados do Censo do IBGE totaliza 12.863 habitantes (Figura 2), o que equivale a 6,35% da população total do município, que contava com um pouco mais de 200 mil pessoas.

Figura 2 – Mapa da população com idade igual ou maior a 60 anos dos bairros de Parnamirim - RN (2010).



Fonte: SIDRA, 2010. Elaboração própria.

Os três distritos da cidade e os bairros de Bela Parnamirim, Cajupiranga, Encanto Verde, Nova Esperança, Parque das Árvores e Vida Nova não possuem dados disponíveis no SIDRA. A partir dos bairros que possuem dados, pode-se analisar que apenas o bairro de Nova Parnamirim possui mais de 2.000 idosos em seu território, enquanto boa parte dos outros bairros tem uma média entre 110 e 1952 pessoas idosas.

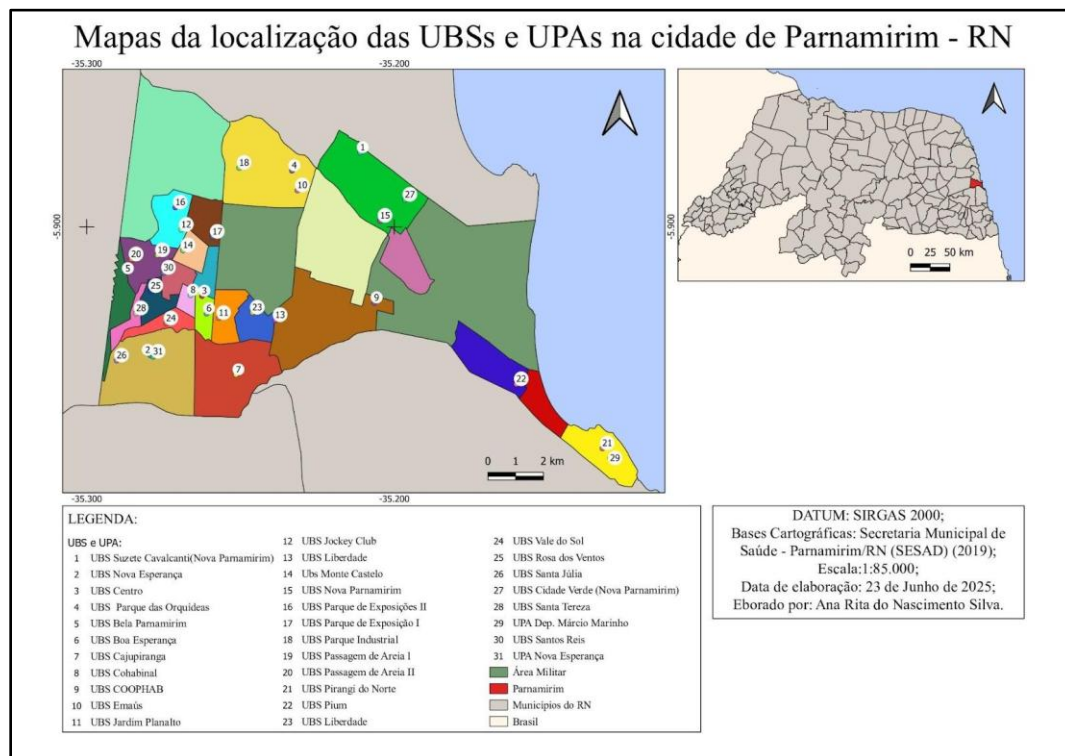
Comparativamente, a parcela de moradores com 60 anos ou mais em Parnamirim (6,35 %) encontrava-se abaixo da média estadual do Rio Grande do Norte (7,4 %) e bem inferior à referência nacional (10,8 %) em 2010, apontando para um perfil demográfico ligeiramente mais jovem no município. Contudo, ainda que a proporção de idosos seja menor que nos contextos estadual e nacional, ela representa um contingente relevante (mais de 12 mil pessoas) que já demanda planejamento específico em saúde, mobilidade e serviços sociais.

Além disso, a tendência de envelhecimento observada em Parnamirim acompanha o ritmo de transformação demográfica do país, sinalizando a necessidade de ampliar a capacidade de atenção primária e reforçar programas de prevenção e promoção da saúde voltados ao público idoso.

4.3 INFRAESTRUTURA DE SAÚDE: LOCALIZAÇÃO DAS UBSs E UPAs

Parnamirim possui 29 Unidades Básicas de Saúde e duas Unidades de Pronto Atendimento (Figura 3).

Figura 3 – Mapa da localização das UBSs e UPAs de Parnamirim - RN (2019).



Fonte: SESAD Parnamirim/RN, 2019. Elaboração própria.

O distrito litoral do município possui duas UBSs para os três distritos e uma UPA, o que favorece o deslocamento da população que vive na parte litoral da cidade, que não precisa se deslocar até a outra unidade de pronto atendimento, localizada no bairro de Nova Esperança.

Os bairros com maior número de UBSs são Nova Parnamirim e Emaús, cada um contando com três unidades: em Emaús, a distribuição atende à extensão territorial (entre a Av. Prefeito Omar O'Grady e a BR-101), enquanto em Nova Parnamirim reflete sua grande população (cerca de 61 000 habitantes em 2022, quase 24 % do total municipal) e o elevado contingente de idosos (Figura 2). A UBS Suzete Cavalcante funciona também como UPAs, com seis leitos de apoio às unidades principais.

Passagem de Areia, Nova Esperança e Liberdade dispõem de duas UBSs cada, em função de sua extensão, e observa-se (Figura 3) que as UBSs de Bela Parnamirim, Santos Reis,

Liberdade e Centro estão localizadas nos limites de seus bairros, algumas situadas em área limítrofe a outras regiões.

Percebe-se também que os bairros de Encanto Verde, Parque das Árvores e Parque do Jiqui não possuem UBSs e UPAs dentro de suas extensões territoriais. Segundo informações encontradas em *sites* de notícias, visto que não há nenhuma informação nos *sites* oficiais da Prefeitura de Parnamirim, as UBS de dois dos três bairros se encontram fechadas, fazendo com que os habitantes de Parque das Árvores se desloquem temporariamente à UBS Suzete Cavalcante. Não houve notícias que explicassem a qual UBS os cidadãos de Encanto Verde e Parque do Jiqui estão sendo atendidos.

A falta de Unidades Básicas de Saúde nestes bairros evidencia que, embora alguns bairros possuam mais de uma UBS para atender sua população, ainda há bairros dentro da cidade que carecem de atendimento primário à saúde em seus próprios bairros. A população idosa que ali reside, precisa se deslocar de seus bairros para ter acesso a atendimentos básicos de saúde. Essa necessidade de deslocamento impõe diversos desafios como às limitações de mobilidade dos idosos e a exigência de percorrer longas distâncias.

Além disso, o deslocamento frequente compromete a continuidade do cuidado, pois consultas e retornos podem ser perdidos por conta de atrasos ou barreiras no trajeto. Em termos de planejamento urbano, isso sinaliza a urgência de investimentos em infraestrutura viária acessível, programas de transporte médico dedicado e iniciativas de atenção domiciliar que possam mitigar as limitações de mobilidade e garantir o direito à saúde da população idosa.

4.4 DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA O PLANEJAMENTO URBANO

A análise cartográfica e documental evidencia que a rede de atenção primária à saúde em Parnamirim apresenta uma configuração territorial desequilibrada, na qual bairros como Encanto Verde e Parque das Árvores permanecem desprovidos de UBSs ativas, obrigando seus moradores a enfrentarem deslocamentos prolongados até unidades em áreas centrais. Além disso, a ampliação de equipes de atenção domiciliar e a implantação de programas de telessaúde são medidas essenciais para levar o cuidado até aqueles cuja mobilidade esteja comprometida, prevenindo complicações e fortalecendo o vínculo com o sistema de saúde.

Por fim, a participação ativa dos próprios idosos na definição das políticas locais, por meio de conselhos de saúde com representação sênior e fóruns temáticos periódicos, permite identificar demandas específicas, como horários de atendimento mais flexíveis, equipes

multiprofissionais em UBSs estratégicas e adaptações físicas nas unidades, garantindo que as intervenções sejam moldadas às necessidades reais e promovam o envelhecimento ativo, a autonomia e à dignidade ao longo de todo o ciclo de vida.

5. CONCLUSÕES

As desigualdades territoriais identificadas ao longo deste estudo evidenciam a urgência de se repensar o modelo de oferta de serviços de saúde em Parnamirim. A ampliação de equipes de atenção domiciliar e de programas de telessaúde representa uma estratégia eficaz para reduzir a necessidade de deslocamentos e minimizar o risco de desassistência, sobretudo em casos de mobilidade comprometida.

Esses serviços, se integrados ao protocolo de visitas regulares das equipes do Programa Saúde da Família, presente nas UBSs, podem contribuir para a prevenção de complicações, o acompanhamento de doenças crônicas e o fortalecimento do vínculo entre idoso e sistema de saúde. Para tanto, faz-se necessário um investimento qualificado em capacitação de profissionais e tecnologias de comunicação, bem como a criação de fluxos administrativos que garantam agilidade na solicitação e no atendimento domiciliar.

Por fim, enfrentar o envelhecimento populacional em Parnamirim requer uma visão ampliada de cuidado, que contemple infraestrutura urbana e modelos de atenção à saúde, consolidando um sistema que não apenas trate a doença, mas valorize a autonomia, o convívio social e à dignidade ao longo de todo o ciclo de vida.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. E. D. A. **A transição demográfica e a janela de oportunidade**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

BRASIL. **Estatuto do Idoso**. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

CARMO, R. L. do.; CAMARGO, K. **Dinâmica demográfica brasileira recente: padrões regionais de diferenciação**. In: Monteiro Neto, A. (Org.). *Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002 Disponível em:
https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf . Acesso em: 22 jun. 2025.



XXVIII Encontro Estadual de Geografia do Rio Grande do Norte – EGEORN
Geografia Potiguar: Dinâmicas Territoriais e Desafios Contemporâneos
08 a 11 de outubro de 2025, UFRN – Campus Central, Natal - RN

IBGE. **Censo 2022**: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos. Agência de Notícias IBGE, 27 out. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos>. Acesso em: 22 jun. 2025.

IBGE. **Parnamirim – RN**: Panorama. Cidades@, 2025. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/parnamirim/panorama>. Acesso em: 22 jun. 2025.

IBGE. **Tabela 3107**: População residente, por situação do domicílio, sexo e grupos de idade. SIDRA. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3107>. Acesso em: 25 jun. 2025

MANFIO, Vanessa. **A geografia da população e suas discussões**: uma revisão teórico-bibliográfica. *Percursos: Revista de Geografia*, Maringá, v. 25, n. 1, p. 1–14, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percursos/article/view/69196>.

PARNAMIRIM (Município). Secretaria Municipal de Saúde. **Plano Municipal de Saúde de Parnamirim 2022–2025**. Parnamirim: Prefeitura Municipal de Parnamirim, 2022. Disponível em: <https://antigo.parnamirim.rn.gov.br/pdf/plano/planoMunicipal%20Saude-2022-2025.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM. Secretaria Municipal de Saúde e Assistência à Pessoa (SESAD). **Unidades**. Disponível em: <http://sesad.parnamirim.rn.gov.br/unidades.html>. Acesso em: 21 jun. 2025.
